

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 019/2025 – PREF

OBJETO: Contratação de 01 (um) show artístico com o cantor com o cantor LÉO MAGALHÃES para animação na noite do dia 09 de outubro de 2025 na IX EXPOAGRA DE AUGUSTINÓPOLIS, no âmbito da Prefeitura Municipal de Augustinópolis – TO.

Trata-se de procedimento de inexigibilidade autuada como procedimento de inexigibilidade nº 019/2025, que visa Contratação de 01 (um) show artístico com o cantor com o cantor LÉO MAGALHÃES para animação na noite do dia 09 de outubro de 2025 na IX EXPOAGRA DE AUGUSTINÓPOLIS, no âmbito da Prefeitura Municipal de Augustinópolis – TO.

Após as autorizações de praxe e deliberações preliminares consta ofício do Agente de Contratação desta municipalidade requerendo a análise e confecção de parecer jurídico a respeito da possibilidade de contratação, nos termos do art. 53 da Lei Federal 14.133/2021.

Na sequência, o processo foi remetido a esta assessoria para a análise prévia dos aspectos jurídicos, nos termos do art. 53 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021. É o relatório, passo à análise.

À luz da Nova Lei nº 14.133/2021, a licitação é indispensável, em regra, devendo somente como exceção haver dispensa ou inexigibilidade, caso em que deverá ser justificada, sendo o processo cabível instruído das razões que levaram a tal procedimento, bem como, a cautela na escolha do fornecedor ou prestador de serviços e compatibilidade do preço em relação ao objeto do procedimento.

A Constituição Federal expressamente estabelece, no seu art. 37, XXI, a necessidade de licitação como procedimento prévio para a aquisição de bens e Contratação de serviços por parte da administração pública, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

A Lei de licitações preleciona normas gerais para licitações e contratos administrativos, obrigando as pessoas físicas ou jurídicas que tenham a intenção de contratar com Poder Público à submissão a um procedimento diversificado dos ditames oriundos das avenças privadas.

Regulamentando a matéria, a Lei Federal nº 14.133/21 prevê as hipóteses de contratações diretas, ou seja, daquelas em que a administração encontra-se desobrigada a realizar licitação para a contratação de terceiros. Dentre essas hipóteses percebe-se a denominada **inexigibilidade** de licitação, que consiste em situações em que a licitação se apresenta juridicamente impossível.

Deste modo, temos a dizer que a natureza jurídica da inexigibilidade licitatória encontra-se sob os ditames da Lei Federal nº 14.133/21, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI de nossa Carta Magna.

De tal sorte, a contratação direta pela administração, sem a realização de procedimento licitatório, pode ocorrer em razão das peculiaridades dos materiais e dos serviços elencados como hipóteses, ou mesmo impossível de ser realizada (art. 74 da Lei nº 14.133/21), em razão da inadequação ao procedimento licitatório de competição pública dos objetos demandados para efeito de contratação.

O art. 74 da Lei 14.133/2021 estabelece que:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

Como visto, é necessária a demonstração de determinados requisitos, tais como a **possibilidade de contratação por inexigibilidade**, que é verificada com

a previsão do art. 74, II, acima citado, e outros como caracterização da **comprovação de consagração pela crítica especializada ou opinião pública**.

Importante ressaltar ainda que não se exige mais a figura do empresário exclusivo, podendo haver contratação diretamente com o artista, entretanto, a existência do empresário não é vedada, podendo intermediar a contratação, desde que atenda aos requisitos do §2º do art. 74 da LLC.

Quanto à comprovação da consagração do artista, recomenda-se observar atentamente a existência de documentos que comprovem o alegado, tais como **a) quantidade de shows e vendas de ingresso, b) consumo dos produtos musicais nas mídias digitais relevantes, c) críticas especializadas em mídias de grande circulação, d) seguidores e engajamento nas redes sociais, e) existência de fã-clubes, f) contrato de representação artística registrado em cartório, g) inscrição (facultativa) na Ordem dos Músicos do Brasil**, ou outros relevantes.

Vale a pena ainda mencionar que não compete a este parecerista analisar detalhadamente a documentação comprobatória da consagração do artista, pois trata-se de múnus subjetivo inerente à discricionariedade do Gestor, pois não é medido por métricas objetivas, além do fato de que o aspecto geográfico da análise é por demais relevante, podendo ser um artista consagrado em um estado ou região, e desconhecido em outro, por exemplo.

Quanto aos preços, o art. 23, §4º da Lei Federal 14.133/2021 estabelece que:

Art. 23 [...] § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado **deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza**, por meio da apresentação de **notas fiscais** emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por **outro meio idôneo**.

Logo, em não podendo realizar estimativa de preços de modo tradicional, obtendo cotações em sistemas ou com potenciais fornecedores, dada a singularidade do serviço que impede a competição (art. 74 caput, LCC), **recomenda-**

se exigir da empresa notas fiscais, contratos ou outros documentos idôneos de contratações anteriores, nos mesmos moldes dos serviços ora contratados, para comprovação da adequação dos preços ao valor de mercado, evitando assim sobrepreço na contratação.

Ressalta-se que, o presente Termo de Convênio, firmado entre a Secretaria de Turismo do Estado do Tocantins (SETUR) e a Prefeitura Municipal de Augustinópolis, tem por objeto o apoio financeiro à realização da IX Exposição Agropecuária de Augustinópolis, tradicional evento que visa fomentar o turismo, a economia local e a valorização da cultura regional.

O repasse previsto é de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), com contrapartida municipal de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), totalizando R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Os recursos destinam-se à execução das atividades descritas no Plano de Trabalho, que compreende, entre outras despesas, a contratação de artistas de renome nacional, necessária para atrair público e garantir o êxito do evento.

Em relação à inexigibilidade de licitação, a contratação dos artistas Léo Magalhães e Hugo & Henrique e a Banda Mastruz com Leite encontra respaldo no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que prevê quando se tratar de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrada pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Foram apresentadas as notas fiscais e justificativas de preços dos respectivos artistas, evidenciando a inviabilidade de competição por se tratar de contratações personalíssimas, em que o objeto está diretamente vinculado à atuação individual dos artistas escolhidos.

Dessa forma, nota-se que a legislação é adepta à possibilidade de contratação de artista consagrado pela crítica ou pela opinião pública, através de inexigibilidade de licitação, devendo ser cumpridos somente os requisitos acima estampados, aos quais este parecerista chama a atenção para estrito cumprimento, evitando nulidades e ilegalidades.

Portanto, sem mais para o momento e entendendo ter atendido ao solicitado, reitero os cumprimentos de praxe e mando os autos à origem, com as cautelas legais para superior apreciação, orientando pela possibilidade jurídica de contratação, reiterando somente a necessidade de atenção aos demais requisitos legais conforme exposto alhures.

Augustinópolis/TO, aos 06 de outubro de 2025.

MAURICIO CORDENONZI
OAB/TO 2.223-B
CORDENONZI ADVOGADOS ASSOCIADOS



NATANAEL GALVÃO LUZ
OAB/TO Nº 5.384

SAMILA NEVES DA SILVA
OAB/TO 12.521
CORDENONZI ADVOGADOS ASSOCIADOS

ODEAN DA SILVA LIMA QUEIROZ
OAB/TO 8.679